



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.univ-ab.pt

SEMINÁRIO DOUTORAL
Políticas e práticas de equidade e inclusão

Inclusão e deficiência



Construção Social da Deficiência ao longo dos tempos

- Antiguidade - admissível a prática do infanticídio
- Idade Média (no mundo ocidental; cultura judaico-cristã) – verificou-se uma atitude social diferente:
 - Excluída a possibilidade da morte da criança
 - outras formas de segregação e rejeição (castigo de Deus)
- séc. XIX - emergem uns ténues sinais de Educação Especial (institucionalização especializada, num contexto caritativo e assistencial)

(Freitas, 2002; Gronita, 2008, 2014)

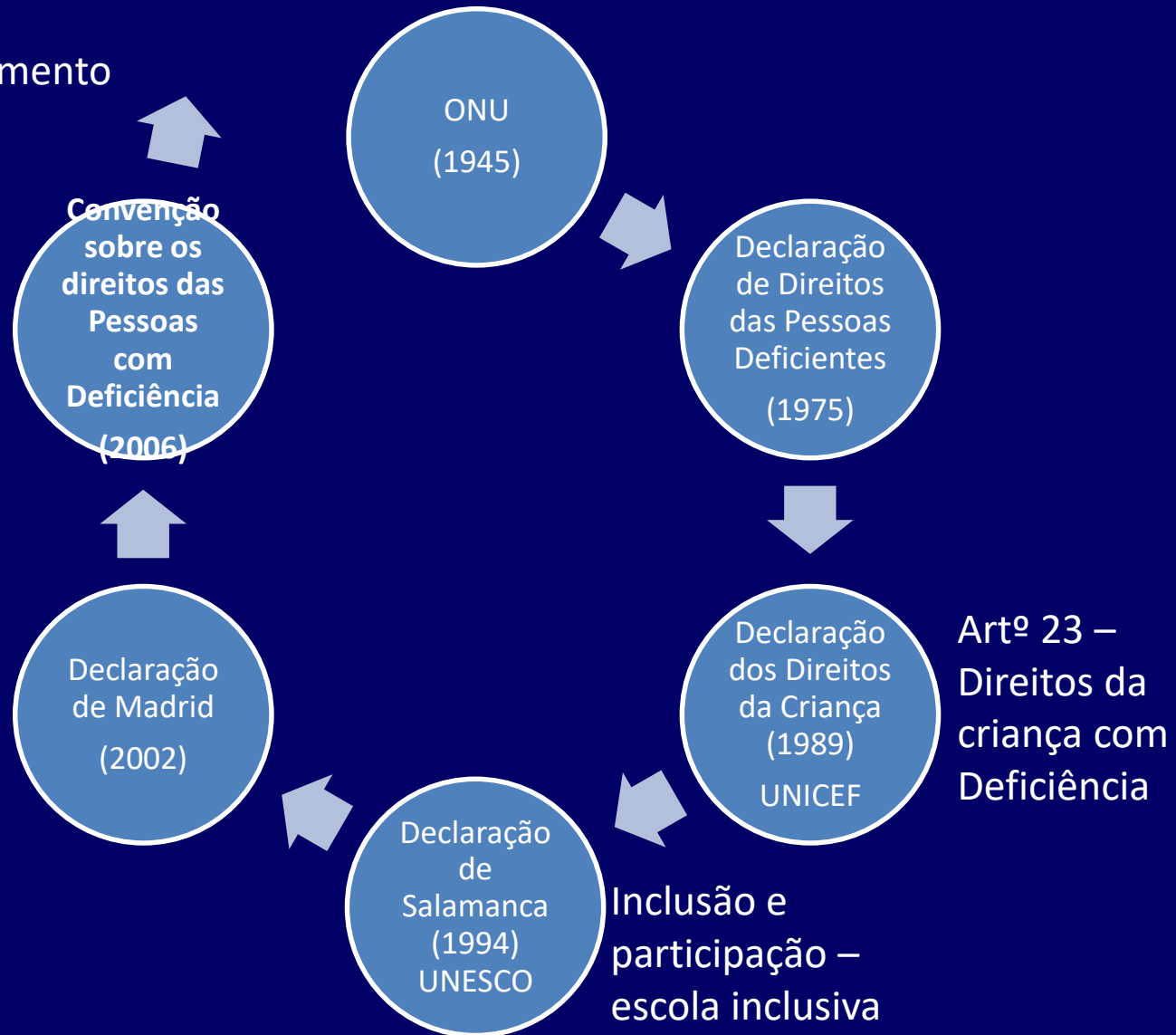
Construção Social da Deficiência ao longo dos tempos

- séc. XX
 - Transformações sociais acentuadas:
 - a todos os níveis da estrutura societal;
 - na compreensão das suas problemática;
 - na maneira de lidar com elas
 - valorização da criança
 - valorização da evidência científica

Política Internacional, manutenção da Paz e direitos humanos

Índice de Desenvolvimento Humano

modificação da sociedade para incluir e adaptar-se às necessidades de todos

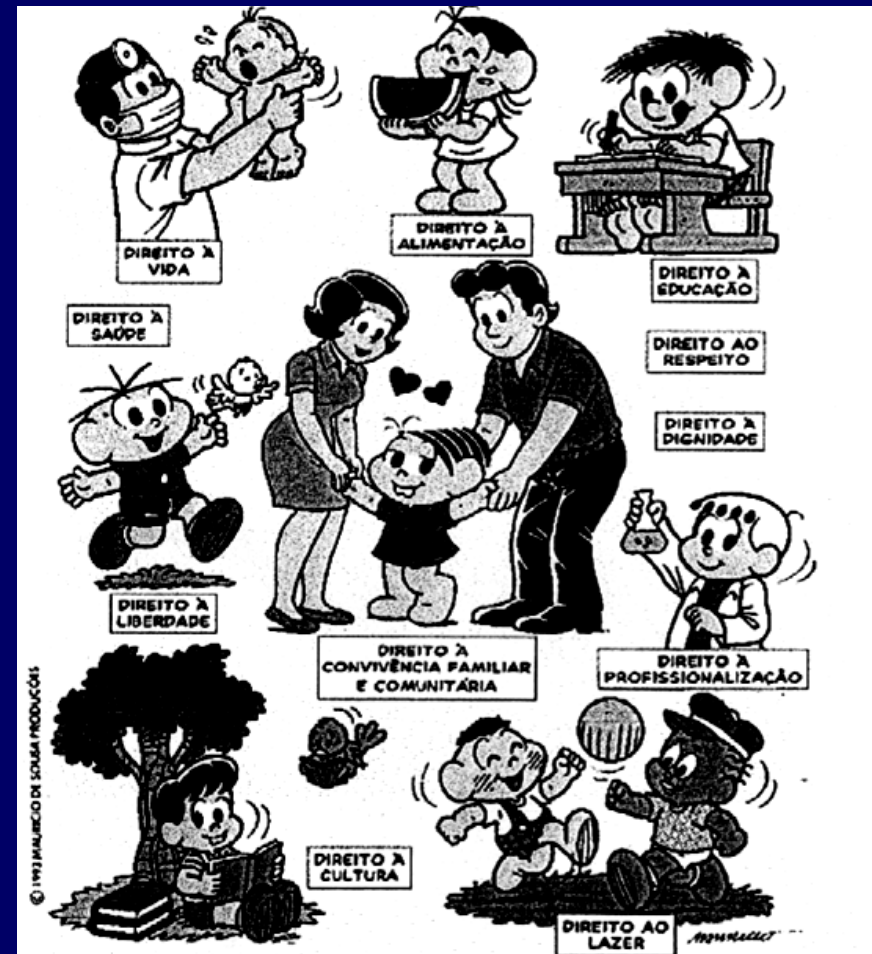


Convenção dos Direitos da Criança

Artigo 23.º

«As crianças com deficiência têm **direito à participação na comunidade** e a sua educação deve conduzir à plena integração e desenvolvimento pessoal possível»

(UNICEF, 1989)



Declaração de Salamanca (1994)

Princípios orientadores

Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao desfrute e exercício dos direitos humanos. Dentro do campo da educação, isto reflecte-se no desenvolvimento de estratégias que procuram **promover a genuína equalização de oportunidades.**

Declaração de Salamanca (1994)

Princípios orientadores

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que **todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível**, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter.

Declaração de Madrid

- As medidas visando, originalmente, a reabilitação do indivíduo de forma a “adaptá-lo” à sociedade tendem a evoluir para uma concepção global que reclama a **modificação da sociedade para incluir e adaptar-se às necessidades de todos os cidadãos**, incluindo as pessoas com deficiência.

(2002)

Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência (2006)

- Reafirma os princípios universais (dignidade, integralidade, igualdade e não discriminação);
- Define as obrigações gerais dos Governos.
- Define obrigações específicas relativas
 - à sensibilização da sociedade;
 - combate aos estereótipos
 - valorização das pessoas com deficiência

Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência (2006)

- Constitui um sistema de monitorização internacional da aplicação da Convenção (Comité dos Direitos das Pessoas com Deficiência)
- Garante a acessibilidade para permitir às pessoas com deficiência viverem de modo independente e participarem plenamente em todos os aspetos da vida.

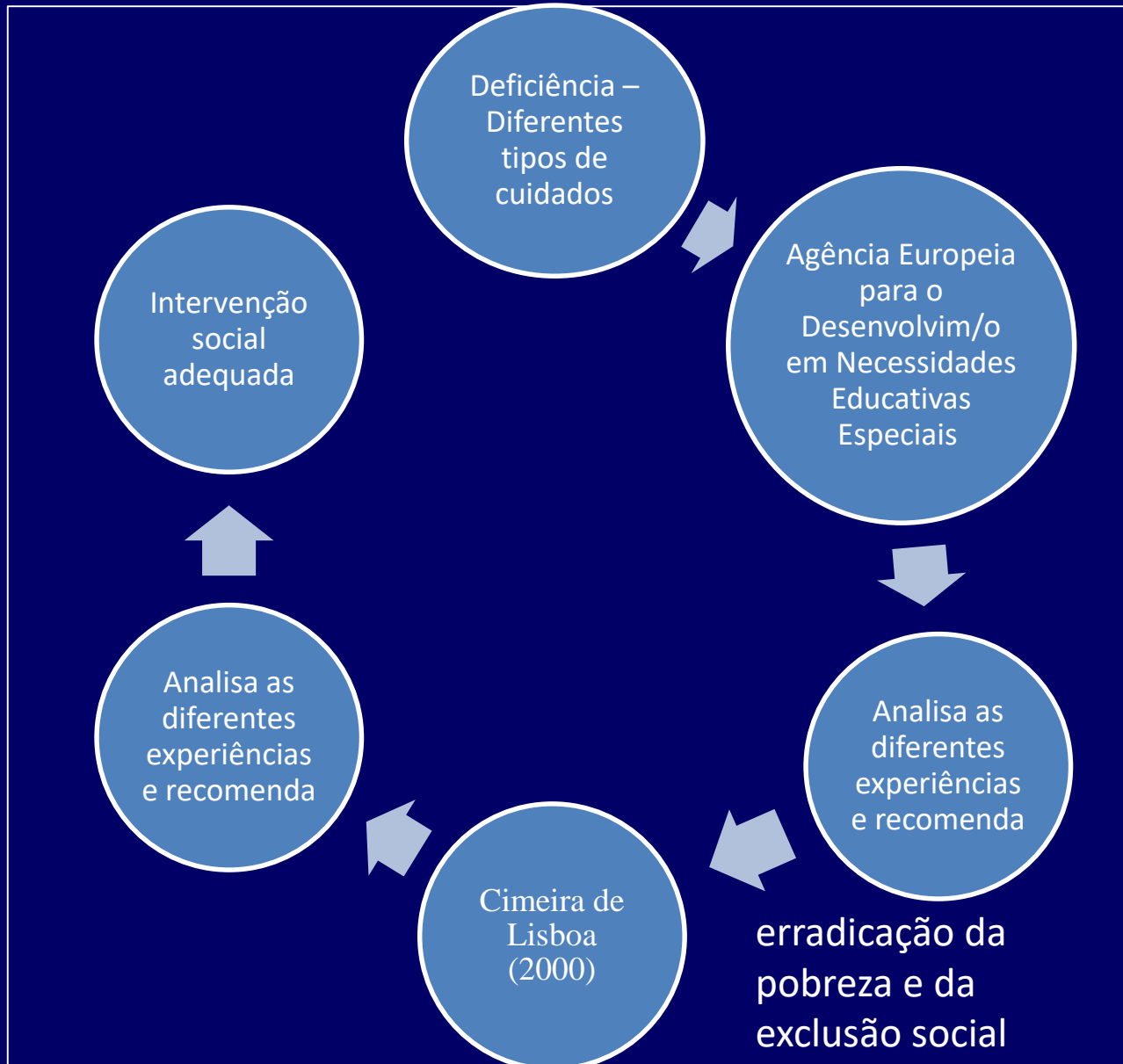
Cimeira de Lisboa

Do ponto de vista político “...foi assumido o compromisso de produzir um impacto decisivo na erradicação da pobreza e da exclusão social.

O principal vector político deste objectivo estratégico e desta estratégia de cooperação na promoção de **políticas inclusivas e de combate à pobreza e exclusão social** assentou ... no domínio da protecção e inclusão social”.

(PNAI 2006-08)

União Europeia – Políticas e Estratégias



Fundamento teórico das Políticas, Estratégias e Práticas

Criança com Deficiência:

Exclusão vs Inclusão

- 2ª metade do séc. XX

Fundamento teórico das Políticas, Estratégias e Práticas

- Abandono das intervenções casuísticas e individualizadas , introduzindo um amplo processo de intervenção social, ao nível da comunidade, aleando o saber científico sobre IPI com as estratégias e políticas globais, que integrem o combate à pobreza

(e. g., Carmo, 2001, 2007; Early Intervention Foundation, 2013; Department for Education, 2012; H M Government, 2013; NAVCA, 2009

Fundamento teórico das Políticas, Estratégias e Práticas

- Quadro Comunitário de Apoio atual que decorrerá até 2020 :
Políticas globais que integram o combate à pobreza

(European Comission, 2014).

Fundamento teórico das Políticas, Estratégias e Práticas

- **A realidade é complexa (Morin, 1999; Nicolescu, 2000, 2008)**
- **A compreensão da realidade requer um pensamento complexo (Morin, 1999, Bronfenbrenner, 2011)**

Fundamento teórico das Políticas, Estratégias e Práticas

A PERSPECTIVA SISTÉMICA

(Minuchin, 1974; Turnbull & Turnbull, 1980)

O MODELO TRANSACCIONAL

(Sameroff & Chandler, 1975;
Sameroff & Fiese, 1990)

A TEORIA DE SUPORTE SOCIAL

(Dunst, 1985; Dunst & Trivette, 1990)

MODELO ECOLÓGICO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

(Bronfenbrenner, 1977, 1986, 1989, 2011)



Naturalmente,
implicam uma
abordagem
INCLUSIVA

Fundamento teórico das Políticas, Estratégias e Práticas

Contributo da teoria sistémica

“Sistema: Um conjunto de elementos em interacção,



organizado em **função do meio** e das finalidades e evoluindo.”

(Ausloos, 1996)

Fundamento teórico das Políticas, Estratégias e Práticas

Contributo da teoria sistémica

As noções de '*empowerment*' e '*enabling*' têm utilizadas no sentido de traduzir a



PARTICIPAÇÃO/RESPONSABILIZAÇÃO

Fundamento teórico das Políticas, Estratégias e Práticas

Contributo do MODELO TRANSACIONAL

O Desenvolvimento Humano resulta das trocas recíprocas com os diferentes contextos de vida



INCLUSÃO

(Sameroff & Chandler, 1975;
Sameroff & Fiese, 1990)¹⁰

Fundamento teórico das Políticas, Estratégias e Práticas

Contributo da Teoria de Suporte Social

Importância das **redes de suporte social**, tanto formais como informais



INCLUSÃO/PARTICIPAÇÃO/ CO-RESPONSABILIZAÇÃO

(Dunst, 1985; Dunst & Trivette, 1990)

Fundamento teórico das Políticas, Estratégias e Práticas

Contributo da Teoria de Suporte Social

As redes de suporte social operam a vários níveis e incluem as relações familiares próximas e alargadas e de amizade e os contextos de proporcionadores de suporte social.



INCLUSÃO/PARTICIPAÇÃO/ CO-RESPONSABILIZAÇÃO

(Ramos, 2004)



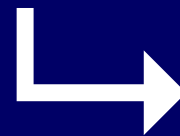
Perspectiva ecológica do desenvolvimento humano



Papel dos Profissionais

Perspectiva do Desenvolvimento Comunitário, que conduza a uma participação activa e democrática da população, à criação de uma solidariedade comunitária e institucional com o objetivo de melhorar os seus níveis de vida

(Carmo, 2007)



Redes de Suporte Social

Papel dos Profissionais

Necessidade de encontrar estratégias que levem à mudança de atitudes individuais e coletivas que permitam a aceitação e responsabilização comunitária por todos os seus membros independentemente das suas características pessoais.

(Gronita, 1996)

Papel dos Profissionais

Desafio societal

- **mudança de atitudes individuais e coletivas**

Atividades / Fórum

- **Urge um processo de desenvolvimento pessoal e de mudança de atitudes dos cidadãos em geral, e dos profissionais em particular**

Papel dos Profissionais

As práticas inclusivas não podem existir sem aumentar os níveis de participação social de todos, sem exceção e, em particular, a participação e autodeterminação das pessoas com deficiência na resolução do que a si diz respeito, proporcionando uma vida o mais independente possível.

Papel dos Profissionais

- Integrar as ações profissionais em equipas interdisciplinares/transdisciplinares

Concluindo

A intervenção social no âmbito da deficiência, implica a necessidade de conter uma perspectiva inclusiva, conjugada com uma perspectiva de desenvolvimento comunitário que a adeque à sua realidade social, económica e cultural.

Para construirmos uma sociedade mais inclusiva, somos desafiados a construirmos socialmente uma ideia diferente de deficiência, mais positiva e a mudarmos de atitudes.



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.univ-ab.pt

SEMINÁRIO DOUTORAL
Políticas e práticas de equidade e inclusão

Inclusão e deficiência

